



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
GOIÁS – UEG COORDENADORIA DE ENSINO – COE COORDENAÇÃO DE
ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM ALTOS
ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

ANTÔNIO GHIOVANI MOREIRA PERES

**EFETIVAÇÃO DO POLICIAMENTO ORDINÁRIO NO RIO
ARAGUAIA E EM RIOS E LAGOS POR BATALHÕES DA POLÍCIA
MILITAR**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Altos Estudos de Segurança Pública - CAESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação do Profa. Dra. Valéria Soares de Lima.

Goiânia – GO, 2025.



EFETIVAÇÃO DO POLICIAMENTO ORDINÁRIO NO RIO ARAGUAIA E EM RIOS E LAGOS POR BATALHÕES DA POLÍCIA MILITAR

IMPLEMENTATION OF ROUTINE POLICING ON THE ARAGUAIA RIVER AND ON RIVERS AND LAKES BY MILITARY POLICE BATTALIONS

Antônio Ghiovani Moreira Peres¹
Valéria Soares de Lima²

Resumo: A pesquisa analisa a possibilidade da implementação de um policiamento ordinário a ser realizado no Rio Araguaia por Batalhões da Polícia Militar do Estado de Goiás, cujas áreas sejam banhadas por suas águas, além de incluir a necessidade desse novo tipo de policiamento. A pesquisa a partir de uma abordagem quanti-quali, com levantamento bibliográfico e aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas parte das observações dos principais problemas enfrentados no policiamento fluvial, tais como a baixa presença do Batalhão Ambiental, o crescimento populacional desordenado nas margens dos rios Araguaia e Caiapó, a ocorrência de furtos de motores de popa e a ausência de embarcação própria para o acompanhamento de festas religiosas e eventos turísticos. A partir do diagnóstico, apresentado e do levantamento de dados propõe-se a aquisição de uma embarcação específica para a PMGO, com tripulação mínima de três policiais, como apoio técnico do Batalhão Ambiental e integração de estratégias de policiamento ostensivo e preventivo. O estudo também apresenta comparações com outras regiões brasileiras, ressaltando a importância de políticas públicas e investimentos em segurança fluvial. Assim, verifica-se que a implantação de uma estrutura própria para o policiamento aquático é fundamental para garantir a ordem pública, proteger o meio ambiente e fortalecer a segurança dos cidadãos.

Palavras-chave: Policiamento Fluvial. Polícia Militar de Goiás. Rio Araguaia. Segurança Pública.

Abstract: The study analyzes the feasibility of implementing regular policing to be carried out on the Araguaia River by Military Police Battalions of the State of Goiás whose jurisdictions are bordered by its waters, as well as the need for this new type of policing. Using a quantitative–qualitative approach, with a literature review and the application of a questionnaire containing open and closed-ended questions, the research is based on observations of the main challenges faced in riverine policing, such as the limited presence of the Environmental Battalion, the disorderly population growth along the banks of the Araguaia and Caiapó Rivers, the occurrence of outboard motor thefts, and the lack of a dedicated vessel for monitoring religious festivals and tourist events. Based on the diagnostic analysis and the data collected, the study proposes acquiring a specific vessel for the Goiás Military Police (PMGO), with a minimum crew of three officers, to operate with technical support from the Environmental Battalion and integrate strategies of preventive and ostensive policing. The study also presents comparisons with other Brazilian regions, highlighting the importance of public policies and investments in riverine security. Thus, it is evident that establishing a dedicated structure for aquatic policing is essential to ensuring public order, protecting the environment, and strengthening citizen safety.

Keywords: River Policing. Military Police of Goiás. Araguaia River. Public Security.

¹ Tenente Coronel Antônio Ghiovani Moreira Peres, Comandante do 47º BPM, Formando Direito, Pós Graduado em Docência universitária.

² Docente e Pesquisadora da Universidade Estadual. Doutora em Educação. Experiência em gestão docência, educação, tecnologia e diversidades.



1. APRESENTAÇÃO

A segurança pública constitui um dos principais fundamentos para a manutenção da ordem social e da paz entre os cidadãos, sendo um direito fundamental e um dever do Estado, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Nesse sentido, garantir segurança à população implica assegurar o acesso pleno a diferentes espaços sociais, inclusive aqueles destinados ao turismo, como as áreas fluviais.

No estado de Goiás, o Rio Araguaia se destaca como um espaço de grande relevância, desempenhando múltiplas funções: área de lazer, polo turístico, fonte de subsistência para comunidades ribeirinhas e vetor de desenvolvimento econômico regional (BENI, 2019). Essa diversidade torna suas margens um território estratégico tanto para o desenvolvimento sustentável quanto para a garantia dos direitos das populações que dele dependem.

Entretanto, o Rio Araguaia também é marcado por problemas complexos relacionados à criminalidade, à degradação ambiental e a conflitos decorrentes da ocupação desordenada de suas margens (SOUZA; FERREIRA, 2020). Essa conjuntura evidencia fragilidades na presença do Estado e reforça a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de aliar proteção ambiental e segurança pública de maneira eficiente.

Nesse contexto, a Polícia Militar de Goiás exerce papel fundamental na conservação da ordem pública. Destaca-se o 47º Batalhão da Polícia Militar (47º BPM), sediado em Aragarças, cuja posição estratégica o coloca como uma das principais portas de acesso ao Rio Araguaia. Entretanto, a unidade enfrenta desafios significativos para atuar no policiamento fluvial, especialmente pela indisponibilidade de embarcações próprias, falta de equipes capacitadas e carência de recursos materiais adequados ao ambiente aquático.

Considerando que o turismo fluvial na região tem crescido expressivamente, impulsionado pela exploração de rios e por práticas de turismo de aventura (BRASIL, 2010), torna-se ainda mais relevante a presença do Estado para assegurar condições seguras para turistas, moradores e comunidades tradicionais. A Polícia Militar de Goiás, por sua capilaridade e experiência em segurança pública, apresenta-se como instituição estratégica para apoiar a organização, fiscalização e monitoramento dessas atividades. Quando articulada ao turismo sustentável, sua atuação contribui para a redução de riscos, proteção das comunidades que dependem do rio e fortalecimento da sensação de segurança, fatores essenciais para a expansão das atividades turísticas (DIAS, 2008).



Diante desse cenário, emerge a problemática central desta pesquisa: de que maneira a implementação de um policiamento ordinário e estruturado, realizado pelos batalhões de área com apoio do Batalhão Ambiental, pode impactar positivamente a segurança pública na região do Rio Araguaia? Essa reflexão fundamenta o objetivo deste estudo, que busca analisar a atuação do 47º BPM no policiamento fluvial do Rio Araguaia, destacando os desafios enfrentados pela unidade e apontando caminhos para aprimorar a efetividade das ações. (GOIÁS, 2022).

A relevância da pesquisa está diretamente associada ao crescimento do turismo fluvial como vetor de desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões onde a economia local depende fortemente dessa atividade e da preservação ambiental. Evidencia-se, assim, a urgência de políticas públicas que garantam tanto a segurança dos visitantes quanto a proteção das populações ribeirinhas, incluindo povos tradicionais e comunidades indígenas. Além disso, há uma lacuna significativa no que se refere à segurança na região, que impacta diretamente o bem-estar da população local, o fluxo turístico e a conservação ambiental (SOARES, 2019; LIMA, 2019).

Desse modo, o presente estudo contribui para o campo da gestão pública ao propor uma análise integrada do território, articulando dimensões econômicas, sociais, ambientais e de segurança. Ao destacar a necessidade de integração entre órgãos de segurança, de estratégias preventivas e do uso eficiente de recursos humanos e materiais, a pesquisa oferece subsídios para a formulação de ações mais eficazes, contribuindo para a construção de um modelo de policiamento fluvial que promova um turismo seguro, sustentável e socialmente responsável no Rio Araguaia.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO RIO ARAGUAIA E DO MUNICÍPIO DE ARAGARÇAS

O Rio Araguaia é um dos mais importantes cursos d'água da região Centro-Oeste do Brasil, com extensão aproximada de 2.600 km, servindo como divisor natural entre os estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins e Pará. Sua bacia hidrográfica possui forte relevância ecológica, abrigando uma rica biodiversidade e biomas sensíveis como o Cerrado e a Amazônia.



Social e economicamente, o rio é vital para as populações locais, sendo historicamente ocupado por comunidades indígenas, ribeirinhas e por cidades que se desenvolveram às suas margens. O município de Aragarças, localizado no sudoeste goiano, na divisa com o estado de Mato Grosso, é diretamente influenciado pela dinâmica do Rio Araguaia. Fundada na década de 1940, a cidade teve sua origem e crescimento intimamente ligados à construção da Ponte Affonso Penna, que liga Goiás ao Mato Grosso, e à atividade comercial e de transporte fluvial.

Atualmente, a economia local é fortemente impulsionada pelo turismo, especialmente durante a estiagem, quando se formam as vastas praias fluviais, atraindo milhares de visitantes para eventos e festividades. (VIEIRA; OLIVEIRA, 2018).

Esta singular conjuntura geográfica, histórica e econômica demanda uma atuação estatal multifacetada, incluindo uma presença policial adaptada às particularidades locais, que vá além do policiamento terrestre tradicional e seja capaz de responder aos desafios inerentes ao ambiente fluvial.

2.2 O CONTEXTO DO 47º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

A Polícia Militar de Goiás (PMGO) é a instituição responsável pelo policiamento ostensivo, a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio no estado. Sua estrutura é dividida em diversos batalhões distribuídos territorialmente, além de unidades especializadas, como o Batalhão de Polícia Ambiental (BPMA), que possui competência para atuar na defesa do meio ambiente. (GOIÁS, 2021).

O 47º Batalhão de Polícia Militar (47º BPM), sediado na cidade de Aragarças, é a unidade orgânica responsável pela segurança pública de um extenso território, e a cidade de Aragarças faz divisa com Estado de Mato Grosso, do outro lado do Rio temos a grande Cidade de Barra do Garças que possui uma unidade da polícia ambiental, a cidade de Aragarças tem que grande área banhada pelas águas do Rio Araguaia.

A sua atuação primária concentra-se no policiamento ostensivo terrestre, abordagens preventivas, atendimento a ocorrências e apoio a operações conjuntas. No entanto, sua jurisdição inclui um vasto trecho do rio, para o qual não dispõe de meios adequados de atuação, como embarcações e equipes especializadas em patrulhamento aquático.

Dessa forma, a atuação fluvial fica, em tese, a cargo do BPMA, cuja sede distante e vasta área de atuação em todo o estado limitam sua presença constante na região, criando um vazio de segurança. No entanto, os problemas quanto ao policiamento no Araguaia persistem.



2.2.1 Problemas do policiamento no rio Araguaia

O policiamento no Rio Araguaia pela PMGO enfrenta uma série de problemas estruturais e operacionais que comprometem sua eficácia. Dentre os mais críticos, destacam-se:

- a) Baixa Presença do Batalhão Ambiental: Embora detenha a atribuição legal, com conhecimento e habilidades para o policiamento fluvial, este possui uma área de responsabilidade estadual, o que dificulta uma atuação permanente e rotineira no Araguaia. Sua ação, portanto, restringe-se majoritariamente a operações pontuais.
- b) Crescimento Populacional Desordenado: O adensamento populacional nas margens dos rios Araguaia e Caiapó, muitas vezes em áreas de preservação permanente (APPs), gera conflitos fundiários, aumenta a pressão sobre os recursos naturais e eleva a demanda por serviços de segurança pública.
- c) Criminalidade Específica: A ocorrência de furtos de motores de popa é um crime característico da região, com alto impacto para os ribeirinhos que dependem desses equipamentos para trabalho e locomoção. A falta de patrulhamento regular facilita a ação dos criminosos.
- d) Muitos ranchos de lazer ficam vazios durante a semana e ficam seus habitantes e comumente são furtados e temos dificuldades de atendimento dessas ocorrências e proteção desses bens.
- e) Nos casos de afogamento no Rio Araguaia temos dificuldades de apoiar nas buscas que normalmente são feitas por populares, pescadores e guarnições da PM e BM do Estado do Mato Grosso.
- f) Ausência de Embarcação Própria: A falta de um barco oficial do 47º BPM é o principal entrave operacional. Isso impede o acompanhamento adequado de grandes eventos, como a tradicional festa de Nossa Senhora da Guia e as temporadas de praia, além de dificultar o acesso rápido a locais de difícil acesso terrestre para atendimento de ocorrências. (GOIÁS, 2020).

Neste sentido, é de suma importância que a atuação do 47º seja implementada de forma efetiva, contando com os instrumentos adequados — neste caso, barcos devidamente equipados — para assegurar a proteção no Rio Araguaia e em outros trechos do rio que apresentem a mesma demanda, como já acontece em outros estados.

2.3 ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NO POLICIAMENTO FLUVIAL: ANÁLISE COMPARATIVA COM MODELOS DE OUTROS ESTADOS DO BRASIL

Outros estados brasileiros que possuem corpos hídricos extensos já desenvolveram modelos bem-sucedidos de policiamento aquático, servindo como parâmetro para Goiás. No Pará, a Polícia Militar possui o Batalhão de Policiamento Fluvial (BPFluv), especializado no patrulhamento dos rios da Amazônia.

No Amazonas, o policiamento fluvial é uma atividade primordial, com barcos equipados e policiais treinados para combater crimes como tráfico de drogas, pesca predatória e garimpo ilegal. Em Mato Grosso, o Batalhão Ambiental possui destaque na atuação em rios como o Paraguai e o Cuiabá (SILVA; CARVALHO, 2021).

Essas experiências demonstram que a especialização e a dotação de meios materiais adequados são fatores críticos de sucesso. O policiamento aquático tem mostrado eficaz não apenas na repressão a crimes ambientais, mas também no combate a ilícitos comuns, no apoio a populações isoladas e na dissuasão da criminalidade pela presença ostensiva. Tais exemplos reforçam a viabilidade e a necessidade de Goiás investir em uma estrutura semelhante para o Araguaia.

2.3.1 Gestão e Implementação de Soluções para o Policiamento Ordinário Integrado no Rio Araguaia

Para que se tenha uma gestão eficaz em relação a implementação do policiamento ordinário em regiões fluviais como o Rio Araguaia, é necessário a integração entre diferentes órgãos de segurança, planejamento estratégico de recursos humanos e materiais, e a implementação de soluções adaptadas às especificidades locais (SILVA; ALMEIDA, 2020).

Alguns estudos apontam que a colaboração entre unidades de policiamento ordinário e batalhões ambientais podem potencializar o controle de crimes ambientais e fortalece a presença da segurança pública em comunidades ribeirinhas (COSTA; PEREIRA, 2021).

Do mesmo modo, a utilização de sistemas inteligentes de tecnologias de monitoramento em tempo real, como por exemplo, sistemas de georreferenciamento e patrulhamento fluvial, mostram-se eficaz na aplicação de recursos e tomada de decisão estratégica (FERREIRA, 2019).



Nesse sentido, a implementação de soluções integradas resulta, não apenas na eficácia operacional realizada em regiões fluviais, mas também, promove o aumento da segurança preventiva e preservação ambiental.

3. METODOLOGIA

A pesquisa será de natureza qualitativa e quantitativa, buscando compreender em profundidade a atuação do policiamento fluvial e seus impactos no turismo, na segurança pública e no desenvolvimento regional (MINAYO, 2021; SEVERINO, 2018), especialmente no Rio Araguaia. Integrada a pesquisa qualitativa e quantitativa, a pesquisa bibliográfica e documental, fundamentadas em livros, artigos e manuais institucionais relacionados à segurança pública, turismo e desenvolvimento regional (GIL, 2008; SEVERINO, 2018), serviram de apoio para a construção do arcabouço teórico necessário ao desenvolvimento do trabalho.

No mesmo sentido, para avaliar a importância do policiamento fluvial, foi aplicado um questionário composto por perguntas abertas e fechadas, por meio da plataforma Google Forms, destinado a 30 agentes, especialmente aqueles pertencentes ao 47º Batalhão, dos quais 22 responderam. (MARCONI; LAKATOS, 2017).

O instrumento buscou identificar as percepções dos policiais acerca da necessidade de aprimoramento da fiscalização realizada pelo batalhão de área nas regiões banhadas por rios, bem como analisar os principais desafios enfrentados no contexto do policiamento fluvial (GIL, 2008). Neste sentido, com base na análise integrada dessas informações, o estudo apresentará propostas concretas e exequíveis para a efetivação do policiamento fluvial em Goiás, considerando tanto as especificidades regionais quanto os referenciais nacionais.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de dados, referentes a pesquisa de campo, revela algumas informações importantes sobre atuação e necessidades em relação aos melhoramentos na fiscalização realizada pelo policiamento fluvial no estado de Goiás, sobretudo, as margens do Rio Araguaia.

Assim, no início das questões, quando indagados sobre o tempo de serviço militar, 36,4% disseram ter mais de 20 anos de atuação como policial militar, 31,8% (entre 06 e 10 anos de atuação) e 22,7% (11 a 20 anos), os demais disseram ter menos de 01 anos e outros de



01 a 05 anos. Isto demonstra uma parcela bem significativa com experiência em diversas ocorrências, o que pode aumentar as possibilidades em ocorrências de áreas fluviais.

Ao serem perguntados sobre sua principal unidade de lotação, 86,4% dos respondentes informaram pertencer ao 47º Batalhão, enquanto 13,2% indicaram atuar em outras unidades. Esse resultado evidencia que a maior parte da amostra é composta por policiais diretamente vinculados ao batalhão central da área estudada, constituindo-se, portanto, nos principais protagonistas do cenário investigado e garantindo maior pertinência e consistência à análise realizada.

Ao serem questionados sobre se possuíam experiência prévia em policiamento aquático ou fluvial, apenas (22,7%) dos respondentes afirmaram já ter atuado nesse tipo de atividade, enquanto (77,3%) declararam não possuir nenhuma experiência. Esse dado revela um déficit significativo de capacitação prática no âmbito do policiamento fluvial entre os agentes do 47º BPM, confirmando um dos principais entraves identificados pela literatura sobre segurança pública em áreas fluviais e/ou ribeirinhas.

Nesse caso, a ausência de experiência prática por maior parte dos policiais sugere que o policiamento fluvial não faz parte da rotina operacional do batalhão, o que reforça as análises apresentadas na parte teórica do estudo sobre a baixa presença do Estado em áreas aquáticas (VIEIRA; OLIVEIRA, 2018; SOARES, 2019).

Entre os (22,7%) dos agentes que afirmaram possuir experiência em policiamento fluvial, observa-se uma distribuição bem diversa quanto ao tempo de atuação, em que (40%) relataram possuir menos de seis meses de experiência, (20%) indicaram entre seis meses e um ano, (40%) afirmaram ter mais de três anos de atuação nesse tipo de policiamento. Essa variante revela dois perfis diferentes de agentes dentro do grupo que já realizou policiamento fluvial, um grupo majoritariamente iniciante, com experiência muito limitada (até um ano), um grupo menor, mas expressivo, de agentes experientes, com mais de três anos de atuação.

Essa distribuição é bem complexa e tem sugestões significativas para a análise da capacidade operacional do batalhão. O grande percentual de policiais com menos de um ano de experiência (60%) reforça a verificação apresentada na literatura de que o policiamento fluvial em Goiás não é uma prática consolidada, sendo realizado de forma esporádica e sem continuidade sistemática (GOIÁS, 2020; SOUZA; FERREIRA, 2020).

Quando questionados sobre a disponibilidade de recursos materiais para o policiamento fluvial, os participantes apresentaram percepções significativamente divergentes: (38,1%) avaliaram os recursos como inadequados; (28,6%) consideraram-nos muito inadequados,



(14,3%) afirmaram que os recursos são adequados. A distribuição dessas respostas aponta um ponto crítico, porque mais de dois terços dos agentes (66,7%) percebem os recursos disponíveis como inadequados ou muito inadequados, indicando uma clara escassez estrutural para a atuação fluvial no âmbito do 47º BPM. Essa percepção está de acordo com a análise apresentada no artigo, que aponta a ausência de embarcação própria, a falta de equipamentos específicos, de equipes treinadas e de logística adequada como entraves centrais para a atuação no Rio Araguaia (GOIÁS, 2020; SOUZA; FERREIRA, 2020).

Quando indagados sobre se a ausência de embarcação própria dificulta o policiamento no Rio Araguaia, uma parte significativa dos participantes respondeu afirmativamente, (71,7%), enquanto (13,6%) disseram que nunca e (13,17%) distribuíram suas respostas entre as alternativas ocasionalmente, *sim*, *parcialmente* e *raramente*. Esse resultado confirma, de forma contundente, que a falta de embarcação específica é percebida pelos policiais como o principal impedimento para um policiamento fluvial ativo e eficaz na região.

A literatura revisitada no artigo reforça essa interpretação. Pois, conforme destaca o Manual Procedimento Operacional Padrão(MPOP) da PMGO (GOIÁS, 2020), o policiamento em ambientes aquáticos requer meios próprios de navegação, sem os quais a atuação tende a ser limitada, reativa e dependente de outras unidades. A ausência de, ao menos um barco, impossibilita o deslocamento rápido, diminui o tempo de resposta a qualquer ocorrência e o monitoramento, além de inviabilizar ações ostensivas, essenciais para a precaução de crimes típicos nesses locais, como furtos de motores, ocupações irregulares e infrações ambientais (SOUZA; FERREIRA, 2020).

Quando questionados se o efetivo policial atual é suficiente para realizar policiamento terrestre e fluvial de forma integrada, os resultados revelam um cenário de clara insuficiência de pessoal, pois (54,5%) disseram que não, (22,7%) parcialmente e, (22,7%), sim. O dado mais relevante é que mais da metade dos respondentes (54,5%) reconhecem que o efetivo disponível não é satisfatório para assumir, concomitantemente, as demandas do policiamento terrestre e as requisições de um policiamento fluvial eficiente.

Essa percepção reforça o que foi levantado bibliograficamente quando indica que o policiamento em ambientes ribeirinhos demanda recursos humanos específicos, treinados e dedicados, pois combina riscos operacionais mais complexos e necessidades logísticas diversas (SILVA; CARVALHO, 2021).

Quando questionados se o policiamento fluvial atualmente existente é suficiente para atender às demandas do Rio Araguaia, os participantes apresentaram respostas diferentes, mas



fortemente inclinadas à percepção de insuficiência, pois (31,8%) discordam, (31,8%) nem concordam nem discordam, (22%) concordam, (13,6%) discordam totalmente. Adicionando os percentuais de discordância, observa-se que (45,4%) dos respondentes consideram que o policiamento fluvial não é suficiente para atender às demandas da região. Esses dados confirmam as dificuldades operacionais apontadas ao longo do artigo, especialmente no que diz respeito à ausência de embarcação própria, à carência de efetivo e à falta de treinamento especializado (GOIÁS, 2020; SILVA; CARVALHO, 2021).

Quando questionados sobre quais crimes ou ocorrências são mais comuns na região do Rio Araguaia, as respostas dos participantes revelam um panorama alinhado tanto à realidade da região quanto aos estudos apresentados no referencial teórico. Os resultados foram: (77,3%), crimes ambientais (pesca predatória, desmatamento, entre outros), (13,6%) aglomerações e desordem durante eventos turísticos e os demais (9,1%) destacaram ocorrências de afogamentos e furtos de motores de popa.

Constata-se que a maioria dos participantes apontam os crimes ambientais como as ocorrências mais frequentes o que demonstra que o Rio Araguaia é um território bastante vulnerável à degradação ambiental. Tal constatação é coerente com estudos como os de Souza e Ferreira (2020), que destacam que as margens dos rios brasileiros, especialmente onde há ocupação irregular, sofrem intensamente com atividades como pesca ilegal, desmatamento em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e exploração predatória de recursos naturais. Do mesmo modo, reforça a necessidade de uma relação mais próxima entre policiamento fluvial e órgãos ambientais, de acordo as normativas da PMGO e do Batalhão Ambiental (GOIÁS, 2021).

Ao serem indagados sobre se este tipo de crime aumentam durante temporadas e festividades? Verifica-se que (45,5%) reforçam que este tipo de crime aumentam durante as temporadas festivas e de praia, enquanto (36,4%) disseram ser parcialmente e (13,6%) não souberam avaliar e (4,5%) não sabem responder.

As respostas revelam que o fluxo turístico sazonal intensifica de maneira significativa as ocorrências e demandas policiais na região do Rio Araguaia. Isso indica que os participantes da pesquisa, reconhecem que os períodos de maior presença de turistas estão associados ao aumento de crimes ambientais, desordens, afogamentos e furtos, justamente as ocorrências mais citadas na questão anterior.

Segundo Dias (2008) e Beni (2019), as áreas turísticas com maior fluxo de visitantes, como as praias formadas no Rio Araguaia na estiagem, tendem a registrar aumento expressivo

de demandas relacionadas à ordem pública, à ocupação desordenada do território, às práticas clandestinas de pesca e ao uso inadequado dos recursos naturais.

Quando questionados se em situações de alta demanda turística, como você avalia a capacidade atual de resposta dos serviços de apoio ao turista, (45,5%) pouco eficiente, (36,4%) eficiente e (9,1%) ineficiente e (9,1%) muito eficiente. A análise revela um quadro complexo. Porque embora tenha uma parcela que considera o atendimento eficiente (36,4%), a maioria dos agentes (54,6% somando “pouco eficiente” e “ineficiente”) avalia de maneira negativa a capacidade atual de resposta.

Isso aponta que os serviços de apoio ao turista, que abarcam policiamento ostensivo, fiscalizações fluviais, monitoramento de banhistas, controle de aglomerações e atendimento emergencial, não conseguem atender de forma adequada às demandas provocadas pelo turismo fluvial intenso.

Quando indagados se a ausência de embarcações próprias prejudica o atendimento de ocorrências emergenciais? (68,2%) disseram que sim, (18,2%) não (9,1%) parcialmente e (4,5%) não souberam responder.

A predominância de respostas positivas indica que a falta de embarcações é percebida como um fator que compromete a eficiência das ações de policiamento fluvial, dificultando o deslocamento, a chegada rápida às ocorrências e a realização de ações preventivas. Como consequência, essa limitação operacional impacta a segurança dos usuários, comunidades ribeirinhas e turistas, ampliando a vulnerabilidade em situações emergenciais e reduzindo a capacidade de resposta do batalhão.

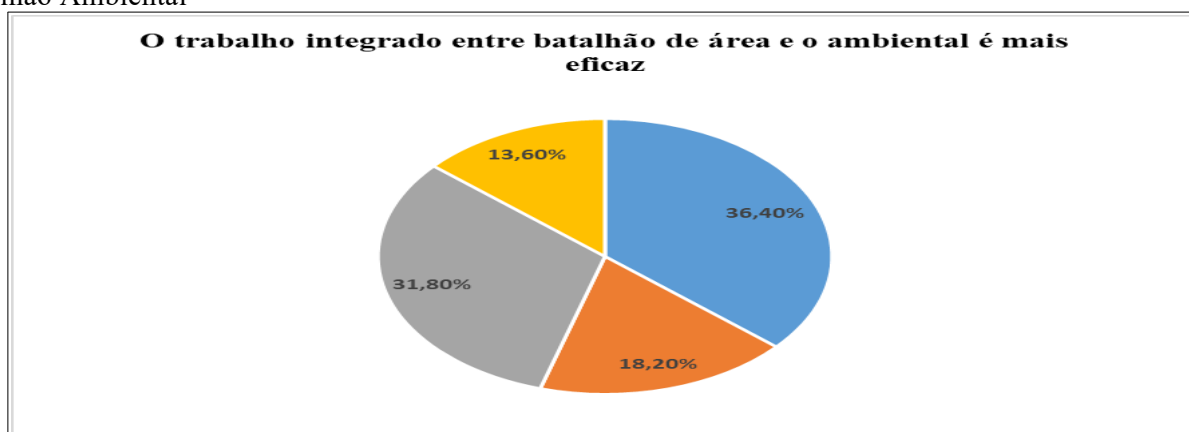
Quando arguidos se receberam treinamento específico para atuação em ambiente fluvial/aquático? 100% disseram que não. Esse resultado é bem significativo e reforça de maneira contundente que a PMGO não possui estrutura formativa institucionalizada para policiamento aquático, confirmando o diagnóstico de insuficiência já apontado na revisão teórica (GOIÁS, 2021; SILVA; ALMEIDA, 2020).

Do mesmo modo quando questionados sobre o nível de importância do treinamento contínuo para policiamento fluvial, (59,1%) apontaram ser importante, (18,2%) importante e, (18,2%), pouco importante e, (4,5%), nada importante. A oposição entre a necessidade reconhecida e a total ausência de capacitação mostra um lapso institucional crítico, pois a falta de formação compromete diretamente a eficiência das ações e aumenta o risco operacional tanto para policiais quanto para a população.

Quando pesquisados se o trabalho integrado entre o batalhão de área e o batalhão ambiental ocorre de forma eficaz? conforme Gráfico 01, obteve diferentes visões. Em que,

(36,4%) disseram que sim, (31,8%) parcialmente, (18,2%) não e, (13,6%) não soube avaliar. Os números apontam que a percepção dos entrevistados é fragmentada, sugerindo que a integração entre as unidades ocorre, mas não de forma sólida, nem plenamente institucionalizada.

Gráfico 01: Percepção sobre a Eficácia do Trabalho Integrado entre o Batalhão de Área e o Batalhão Ambiental

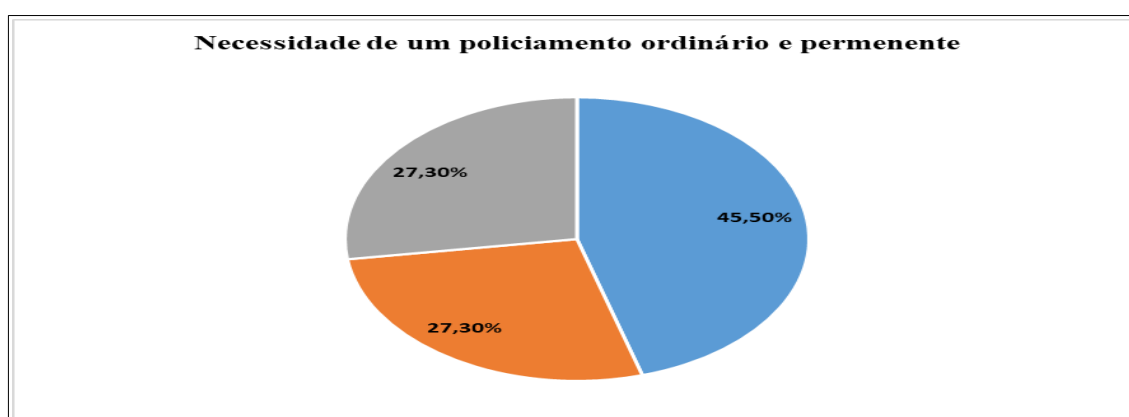


Fonte: Autor, 2025.

A fundamentação teórica aponta que o policiamento ambiental e fluvial depende fortemente da articulação entre unidades especializadas e batalhões de área, especialmente em regiões extensas e turísticas (COSTA; PEREIRA, 2021; GOIÁS, 2021). A falta de integração afeta ações de fiscalização, operações conjuntas e o monitoramento de crimes ambientais.

Você considera necessária a implementação de um policiamento ordinário e permanente no Rio Araguaia, realizado pelos batalhões de áreas? O Gráfico 02, apresenta uma percepção bem realista, conforme dados analisados.

Gráfico 02: Necessidade de um policiamento ordinário e permanente no Araguaia

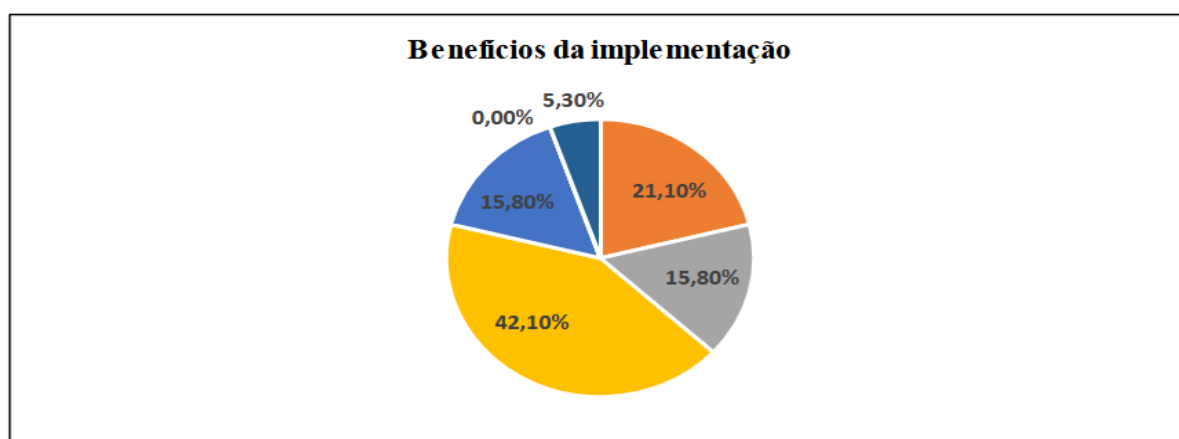


Fonte: Autor, 2025

A maioria (45,5%) sim, (27,3%) parcialmente, (27,3%) não. A predominância de respostas positivas e parcialmente positivas indica que há uma percepção significativa sobre a importância de uma presença policial constante no Araguaia, especialmente considerando o aumento de atividades turísticas, a necessidade de fiscalização ambiental e a prevenção de ocorrências emergenciais.

Do mesmo modo quando questionados quais benefícios essa implementação traria? Conforme Gráfico 03 haveria diversos benefícios. Pois, (42,1%) proteção ambiental mais eficaz, (15,8%) aumento da segurança de turistas e moradores, (21,1%) redução de furtos e crimes diversos, (15,8%) atuação preventiva mais consistente e, (5,2%) maior integração entre batalhões.

Gráfico 03: Benefícios da implementação



Fonte: Autor, 2025.

A maior parte dos respondentes (72,8%) indica, total ou parcialmente, que considera necessária a implementação de um policiamento fluvial permanente no Rio Araguaia. Esse número reforça que a percepção interna da corporação converge com a análise teórica: o território possui demandas constantes e sazonais que não podem ser supridas por ações esporádicas ou operações sazonais.

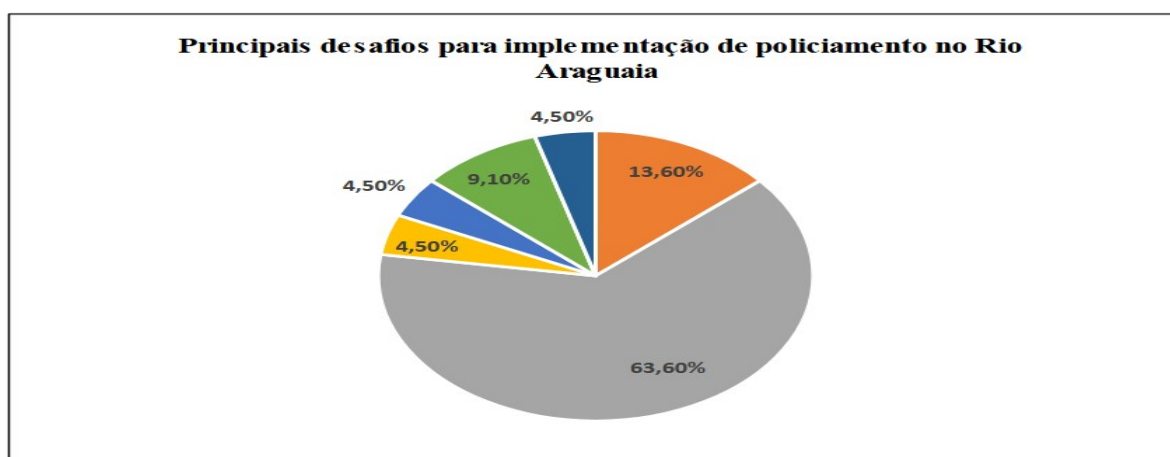
Os resultados indicam uma compreensão clara, por parte dos agentes, de que o policiamento fluvial permanente não é apenas uma demanda operacional, mas também uma política pública estratégica com impactos diretos em: preservação ambiental, o maior benefício percebido, alinhado ao fato de que crimes ambientais foram apontados como as ocorrências mais comuns, redução da criminalidade, especialmente furtos de motores, crimes patrimoniais e ilícitos ambientais. Segurança turística, essencial para o desenvolvimento econômico da regi-

ção, segundo Beni (2019) e Dias (2008). Prevenção contínua, rompendo com a lógica de operações isoladas. Integração institucional, reduzindo o atual isolamento entre 47º BPM e BPMA.

Quando questionados sobre quais seriam os principais desafios para essa implementação? De acordo com o gráfico 04, (63,6%) falta de efetivo, (13,6%), falta de embarcação própria, (9,1%) limitações orçamentárias e os demais (13,7%) responderam: logística e manutenção, falta de integração entre unidades e falta de treinamento.

A percepção da maior parte (63,6%) confirma que a falta de efetivo é a principal barreira para implementar um policiamento permanente. Esse dado dialoga diretamente com a análise anterior sobre insuficiência de pessoal para integrar policiamento terrestre e fluvial.

Gráfico 04: Principais desafios para implementação do policiamento no Araguaia.



Fonte: Autor, 2025.

A falta de embarcação própria (13,6%), mesmo com um percentual menor, é estrutural, porque sem embarcação, não há policiamento fluvial contínuo. As limitações orçamentárias e a falta de treinamento robustecem a análise de que a implementação requer planejamento integrado e políticas públicas específicas. A diversidade de respostas nos (13,7%) demonstra que os desafios não são isolados, mas parte de um conjunto sistemático de fragilidades estruturais, conforme discutido por Silva; Almeida (2020) e GOIÁS (2020).

Quando indagados sobre se a implantação do policiamento fluvial ordinário é fundamental para a segurança pública na região do Araguaia? (50%) disseram que sim, (22,7%) nem concordam nem discordam, (13,6%) discordam, (9,1%) concordam plenamente e (4,6%) discordam totalmente. Somadas as respostas positivas, observa-se que (59,1%) dos policiais avaliam que a implantação de um policiamento fluvial ordinário é fundamental para a segurança pública na região. Esse dado confirma um consenso entre os parti-



cipantes sobre a relevância estratégica dessa modalidade de policiamento e reforça a análise já construído ao longo do artigo.

Essa interpretação confirma a literatura que aponta que áreas ribeirinhas, especialmente aquelas com forte fluxo turístico, necessitam de presença policial contínua, capaz de atuar de forma preventiva e integrada (DIAS, 2008; BENI, 2019; SOARES, 2019).

Nas perguntas abertas, quando questionados sobre quais seriam os maiores desafios enfrentados pela PM no policiamento fluvial na região do Rio Araguaia? Quais melhorias estruturais e operacionais você considera essenciais para aprimorar o policiamento fluvial? E, Sugestões adicionais para aprimoramento do policiamento em rios e lagos. As respostas revelam uma notável convergência entre agentes acerca dos problemas e necessidades do policiamento fluvial no Rio Araguaia.

De forma integrada, fica evidente que: Os principais desafios identificados são: a) Falta de efetivo, b) Ausência de embarcação própria, c) Falta de equipamentos e recursos tecnológicos, d) Ausência de treinamento específico, e, d) Dificuldades logísticas e ambientais. E as melhorias consideradas essenciais são: a) Capacitação contínua e treinamento especializado; b) Aquisição de embarcação própria e equipamentos modernos; c) Ampliação do efetivo; d) Estruturação de bases fluviais e pontos de apoio; e) Modernização tecnológica e, d) integração com órgãos parceiros.

Sugestões adicionais apontam para: Inovação tecnológica, Ações educativas, Integração institucional, Estudos técnicos aprofundados, Recuperação da capacidade operacional do batalhão. As respostas qualitativas ratificam e fortalecem os dados quantitativos obtidos no questionário, evidenciando que a PMGO, especialmente o 47º BPM, não dispõe, atualmente, de condições materiais, humanas e técnicas para exercer um policiamento fluvial permanente e eficiente no Rio Araguaia.

A percepção dos respondentes com o referencial teórico, reforça a tese central do trabalho: a implementação de um policiamento ordinário fluvial é necessária, desejada e estrategicamente fundamentada, mas depende de investimentos estruturais, capacitação profissional e integração entre unidades e órgãos ambientais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender, a partir do levantamento bibliográfico e da pesquisa de campo como os policiais do 47º BPM e os demais colegas responderam quais os



desafios e limitações do policiamento fluvial no Rio Araguaia. Os dados demonstram um cenário marcado por diversas lacunas, dentre elas, a insuficiência de recursos materiais, humanos e operacionais, o que afeta a atuação preventiva e ostensiva da PMGO em uma região de grande relevância turística, ambiental e social.

No que tange a gestão, o principal desafio é lidar com a falta de embarcação própria, a carência de efetivo e a ausência de capacitação específica que demonstram fragilidades estruturais e dificultam a consolidação de um policiamento fluvial eficiente. Esses elementos apontam para a necessidade de revisão das estratégias institucionais, sobretudo no planejamento de recursos e na integração entre as unidades responsáveis pela segurança territorial e ambiental.

Operacionalmente, verificou-se que o policiamento fluvial ocorre de forma pontual e dependente de apoios externos, o que reduz sua eficácia e aumenta os riscos para agentes e população. A inexistência de formação técnica adequada, reconhecida por todos os respondentes, reforça a necessidade de institucionalização de protocolos, rotinas e equipes especializadas.

Nesse contexto, torna-se essencial a construção de uma política contínua de policiamento fluvial, articulada com o Batalhão Ambiental, o Corpo de Bombeiros, a Marinha e as gestões municipais. A literatura consultada demonstra que o policiamento aquático só se torna efetivo quando estruturado como atividade permanente, e não sazonal.

A partir das respostas coletadas, esta pesquisa propõe a implementação de um policiamento fluvial ordinário e permanente no Rio Araguaia, com investimentos em embarcações próprias, bases fluviais, capacitação técnica, equipamentos modernos e integração interinstitucional. Essa proposta atende tanto às demandas de segurança pública quanto às necessidades ambientais e turísticas da região.

Assim, verifica-se que para a efetivação de policiamento fluvial efetivo no Araguaia é necessário uma articulação entre gestão, implementação e modernização, permitindo que a PMGO avance para um modelo mais eficiente, preventivo e sensível às especificidades locais. O estudo contribui ao identificar fragilidades e apontar caminhos viáveis para sua superação, destacando a importância de monitoramento e continuidade das ações propostas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.



BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Diário Oficial da União, Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de aventura:** orientações básicas. Brasília: MTur, 2010.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 15. ed. São Paulo: SENAC, 2019.

COSTA, M.; PEREIRA, L. Policiamento integrado e proteção ambiental em áreas fluviais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 3, p. 45-62, 2021.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, R. **Tecnologias de monitoramento em segurança pública:** tendências e aplicações. São Paulo: Atlas, 2019.

GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás. **Batalhão Ambiental: atribuições, operações e legislação aplicável.** Goiânia: PMGO, 2021.

GOIÁS. Polícia Militar do Estado de Goiás. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão – MPOP.** Goiânia: PMGO, 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.** Goiânia: SSP-GO, 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 10-35, 2019.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, André Luiz da; CARVALHO, Patrícia Mendes de. Policiamento ambiental no Brasil: desafios e estratégias de atuação. **Revista Direito e Sociedade**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 77-95, 2021.

SILVA, J.; ALMEIDA, P. Planejamento estratégico e gestão de recursos em policiamento fluvial. **Cadernos de Administração Pública**, v. 12, n. 2, p. 78-95, 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança pública:** dilemas e desafios. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.



SOUZA, Adalberto; FERREIRA, Cláudia. Crescimento populacional e ocupação irregular às margens dos rios brasileiros: impactos sociais e ambientais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 55-72, 2020.

VIEIRA, Ana Paula; OLIVEIRA, Marcelo. Turismo no Rio Araguaia e seus impactos socioambientais. **Revista Cerrados**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 90-110, 2018.



Apêndice A

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO - Policiamento Fluvial – PMGO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar, de forma voluntária, da pesquisa intitulada 'Efetivação do Policiamento Ordinário no Rio Araguaia e em Rios e Lagos por Batalhões da Polícia Militar.

O objetivo desta pesquisa é analisar a atuação do policiamento fluvial realizado pela Polícia Militar de Goiás, especialmente no Rio Araguaia, buscando compreender desafios, necessidades, estrutura disponível e possibilidades de implementação de um policiamento ordinário.

Sua participação consiste em responder ao questionário a seguir. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, garantindo-se total sigilo sobre sua identidade. Nenhuma informação pessoal será divulgada e não haverá qualquer tipo de risco ou prejuízo à sua carreira ou integridade.

A participação é voluntária e você pode desistir a qualquer momento, sem qualquer penalidade. Ao continuar e responder ao questionário, você declara estar ciente e concordar com os termos apresentados.

Declaro que li e compreendi as informações acima e concordo em participar voluntariamente desta pesquisa.

☐ **Aceito**

☐ **Não aceito**

1.1. Tempo de serviço na Polícia Militar:

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ 11 a 20 anos
- ☐ Acima de 20 anos

1.2. Unidade de lotação:

- ☐ 47º BPM
- ☐ Outro batalhão (especificar): _____

1.3. Você já atuou em policiamento aquático ou fluvial?

- ☐ Sim
- ☐ Não

1.4. Se sim, por quanto tempo?

- ☐ Menos de 6 meses
- ☐ 6 meses a 1 ano
- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ Mais de 3 anos

2. Estrutura e Condições de Trabalho no Policiamento Fluvial

2.1. Como você avalia a disponibilidade de recursos materiais para policiamento fluvial (embarcações, coletes, GPS, rádios, equipamentos)?

- ☐ Muito adequados
- ☐ Adequados
- ☐ Parcialmente adequados
- ☐ Inadequados
- ☐ Totalmente inadequados

2.2. Em sua percepção, a ausência de embarcação própria dificulta o policiamento no Rio Araguaia?

- ☐ Sim, totalmente
- ☐ Sim, parcialmente
- ☐ Não interfere
- ☐ Não sei avaliar

2.3. Com que frequência o batalhão dispõe de apoio do Batalhão Ambiental (BPMA)?

- ☐ Sempre
- ☐ Frequentemente
- ☐ Ocasionalmente
- ☐ Raramente



☐ Nunca

2.4. Na sua opinião, o efetivo policial atual é suficiente para realizar policiamento terrestre e fluvial de forma integrada?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não
- ☐ Não sei avaliar

2.5. Indique o grau de concordância (Escala Likert):

O policiamento fluvial atual é insuficiente para atender as demandas do Rio Araguaia.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo
- ☐ Nem concordo nem discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo totalmente

3. Criminalidade, Ocorrências e Situações de Risco

3.1. Com base em sua experiência, quais crimes/ocorrências são mais comuns na região do Rio Araguaia? (Marque os que se aplicam)

- ☐ Furtos de motores de popa
- ☐ Crimes ambientais (pesca predatória, desmatamento etc.)
- ☐ Aglomerações e desordem durante eventos turísticos
- ☐ Ocorrências de afogamento
- ☐ Tráfico de drogas
- ☐ Conflitos em áreas de ocupação irregular
- ☐ Outros (especificar): _____

3.2. Esses tipos de ocorrências aumentam durante temporadas de praia e festividades?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não
- ☐ Não sei avaliar

3.3. Em situações de afogamento, como você avalia a capacidade atual de resposta do batalhão?

- ☐ Muito eficiente
- ☐ Eficiente
- ☐ Pouco eficiente
- ☐ Ineficiente
- ☐ Totalmente deficiente

3.4. A ausência de embarcação própria prejudica o atendimento de ocorrências emergenciais?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não
- ☐ Não sei avaliar

4. Capacitação, Treinamento e Integração Institucional

4.1. Você recebeu treinamento específico para atuação em ambiente fluvial/aquático?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4.2. Caso tenha recebido, considera o treinamento:

- ☐ Excelente
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Insuficiente



4.3. Em sua opinião, qual o nível de importância do treinamento contínuo para policiamento fluvial?

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Nada importante

4.4. O trabalho integrado entre o batalhão de área e o Batalhão Ambiental ocorre de forma eficaz?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não
- ☐ Não sei avaliar

4.5. Indique o grau de concordância:

A falta de treinamento especializado limita a atuação dos batalhões de área no policiamento fluvial.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo
- ☐ Nem concordo nem discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo totalmente

5. Avaliação da Implementação do Policiamento Ordinário Fluvial

5.1. Você considera necessária a implementação de um policiamento ordinário e permanente no Rio Araguaia, realizado pelos batalhões de áreas?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

5.2. Em sua opinião, quais benefícios essa implementação traria? (Marque os que se aplicam)

- ☐ Redução de furtos e crimes diversos
- ☐ Aumento da segurança de turistas e moradores
- ☐ Proteção ambiental mais eficaz
- ☐ Atuação preventiva mais consistente
- ☐ Resposta rápida a emergências
- ☐ Maior integração entre batalhões
- ☐ Outros: _____

5.3. Quais seriam os principais desafios para essa implementação?

- ☐ Falta de embarcação própria
- ☐ Falta de efetivo
- ☐ Falta de treinamento
- ☐ Falta de integração entre unidades
- ☐ Limitações orçamentárias
- ☐ Logística e manutenção
- ☐ Outros: _____

5.4. Indique o grau de concordância:

A implantação do policiamento fluvial ordinário é fundamental para a segurança pública na região do Araguaia.

- ☐ Discordo totalmente
- ☐ Discordo
- ☐ Nem concordo nem discordo
- ☐ Concordo
- ☐ Concordo totalmente

6. Perguntas Abertas

6.1. Descreva, com suas palavras, quais são os maiores desafios enfrentados pela PM no policiamento fluvial na região do Rio Araguaia.

6.2. Quais melhorias estruturais e operacionais você considera essenciais para aprimorar o policiamento fluvial?



6.3. Sugestões adicionais para aprimoramento do policiamento em rios e lagos: